

## Análise Comparativa Qualitativa da Taxa de Congestionamento de Femicídios no Brasil

Mara Célia Ferreira Ataide (Universidade Federal de Goiás)

**Tema:** Desempenho, eficiência e efetividade em organizações da justiça

### RESUMO

Em estudo anterior (Ataide & Sousa, 2021), identificou-se que para reduzir a Taxa de Congestionamento em feminicídio, na fase de conhecimento, é necessário reduzir a ocorrência do somatório dos casos novos e pendentes de feminicídio na fase de conhecimento que se encontram em tramitação na Justiça, bem como aumentar o número de processos baixados de feminicídio, também na fase de conhecimento. Assim, numa análise quantitativa multivariada, ao aumentar a quantidade de execuções penais iniciadas em casos de violência doméstica e também a quantidade de servidores de serviço social, contribui-se para a redução casos totais de feminicídio na fase de conhecimento. E ao elevar a quantidade de varas ou juizados especializados em violência doméstica ou familiar contra a mulher, a quantidade de setores psicossociais e a quantidade de servidores totais em varas exclusivas, contribui para aumentar o número de processos baixados de feminicídio. Na intenção de realizar uma análise das mesmas determinantes do estudo anterior, mas sob uma perspectiva metodológica qualitativa, este trabalho objetivou confirmar se as condições das dimensões de “litigiosidade” e de “apoio psicossocial” contribuem para ocorrer a redução dos Casos totais de conhecimento de feminicídio (CTCF), bem como se as condições da dimensão “estrutura” contribui para ocorrer o aumento dos Processos baixados de conhecimento de feminicídio (PBCF). É importante explicar que os indicadores PBCF e CTCF são respectivamente numerador e denominador, e ao terem seu resultado subtraído por um, refletem a Taxa de Congestionamento de feminicídios na fase processual de conhecimento (TCCF). A taxa de congestionamento nos tribunais brasileiros é uma medida de efetividade de atendimento à demanda recebida (Basto et al., 1993; Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2020). Para atender ao objetivo desse estudo, coletou-se dados do painel de “Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, atualizado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2022). Foram coletados os dados de todos os 27 entes estaduais e distrital, do



Poder Judiciário, referente ao ano de 2021, comparado ao ano de 2020, para identificar se houve “aumento” ou “não aumento” de cada determinante coletada em relação ao ano anterior. Escolheu-se o ano de 2021 por ser o mais recente e disponibilizado no painel mencionado. Trata-se de uma pesquisa do tipo confirmatória, com método qualitativo, usando como técnica a Análise Comparativa Qualitativa (Qualitative Comparative Analysis -QCA), em configuração para dados dicotômicos e nítidos (crisp set) (Rihoux & Ragin, 2008). Na primeira análise, foi investigado se: o aumento Varas Especializadas (VE), o aumento de Setores Psicossociais por Vara ou Juizado Especializado (SPVJE) e o aumento de Quantidade de Servidores em Varas Exclusivas (QSVE) contribuíam para gerar o resultado de aumento de PBCF. As condições e o resultado foram codificados de modo que os números “1” representasse “aumento” em relação ao período anterior, e “0” para representar o “não aumento” (reduziu ou manteve constante) em relação ao período anterior. O número de observações foi equivalente a 27 casos. O resultado apontou três configurações com consistência, ou seja, maior ou igual a 0,75 (Rihoux & Ragin, 2008), sendo elas:  $\sim VE + \sim SPVJE + QSVE \Rightarrow PBCF$  (consistência = 0,875);  $VE + \sim SPVJE + QSVE \Rightarrow PBCF$  (consistência = 1,0);  $\sim VE + SPVJE + QSVE \Rightarrow PBCF$  (consistência = 1,0). Logo identificou-se que o aumento de QSVE é condição suficiente e necessária para a ocorrência do aumento de PBCF. Na segunda análise foi investigado se: o aumento Inquéritos Policiais Novos (IPN), o Medidas Protetivas (MP), o aumento de Execuções Penais Iniciadas em casos de Violência Doméstica (EPIVD), o aumento de Quantidade de Servidores de Serviço Social (QSSS) e o aumento de Quantidade de servidores de psicologia (QSPSI) contribuíam para gerar o resultado de aumento de CTCF. As condições e o resultado foram codificados de modo que o número “1” representasse “aumento” em relação ao período anterior, e o número “0” para representar o “não aumento” (reduziu ou manteve constante) em relação ao período anterior. O número de observações foi equivalente a 18 casos, pois para algumas condições faltavam dados referente ao ano de 2021 ou não era possível comparar com o período anterior. O resultado desta segunda análise identificou as seguintes configurações e suas respectivas consistências:  $\sim EPIVD + \sim QSSS + \sim QPSI + \sim IPN + MP \Rightarrow CTCF$  (consistência = 0,75);  $\sim EPIVD + \sim QSSS + \sim QPSI + IPN + MP \Rightarrow CTCF$  (consistência = 1,0);  $\sim EPIVD + QSSS + QPSI + \sim IPN + MP \Rightarrow CTCF$  (consistência = 1,0);  $EPIVD + \sim QSSS + \sim QPSI + \sim IPN + MP \Rightarrow CTCF$  (consistência = 1,0);



EPIVD+QSSS+~QPSI+IPN+MPàCTCF (consistência = 1,0);  
~EPIVD+QSSS+QPSI+IPN+MPàCTCF (consistência = 1,0). A partir dessa perspectiva foi possível identificar que o aumento de MP é condição suficiente e necessária para a ocorrência do aumento de CTCF. Para confirmar essa análise testou-se ainda se: o aumento IPN, o aumento MP, o aumento de EPIVD, o aumento de QSSS e o aumento de QPSI contribuíam para gerar dessa vez o resultado de não aumento de CTCF, como a mesma quantidade de casos anterior. Desse modo foram identificadas as seguintes configurações possíveis, e com consistência:  
~EPIVD+~QSSS+~QPSI+IPN+~MPà~CTCF (consistência = 1,0);  
EPIVD+~QSSS+QPSI+IPN+~MPà~CTCF (consistência = 1,0);  
~EPIVD+~QSSS+QPSI+IPN+~MPà~CTCF (consistência = 1,0). Desse modo, as configurações apresentadas refletem que a ocorrência de aumento de IPN junto com a não ocorrência de aumento de MP são condições suficientes e necessárias para o não aumento de CTCF. Em relação aos resultados destaca-se que para gerar mais para PBCF é fundamental aumentar a quantidade de servidores nas varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher, seja criando novas varas especializadas ou ainda com novos setores psicossociais especializados. Contribuindo assim para reduzir a TCCF. Entretanto não aumentar CTCF é o maior desafio, pois as medidas protetivas de urgência são aquelas que contribuem para essa elevação, entretanto é inviável qualquer proposta que vise reduzir tal aplicação, pois é através dela que a mulher consegue efetivar seus direitos de proteção e apoio. Pois isso sugere-se a análise de novas políticas que estão associadas ao uso de MPs assim como de proteção e acompanhamento de mulheres vítimas e seus agressores sejam avaliados. Entre eles: uso de tornozeleira eletrônica por agressores, uso de “botão do pânico” para as vítimas, resultados de acompanhamento das Patrulhas Maria da Penha e disponibilidade de casas abrigo para vítimas.

**Palavras-Chave:** Administração da justiça; efetividade; feminicídio; taxa de congestionamento; análise comparativa qualitativa.

## Referências

Ataide, M. C. F., & Sousa, M. M. (2021). ENAJUS - Encontro de Administração da Justiça. Medidas de Redução Para a Taxa de Congestionamento de Feminicídios No Brasil., Outubro.



Basto, L. E. P., Neves, O. H. de S., Pereira, P. R., Costa, R. S., & Loreiro, V. de P. (1993). Organizações públicas brasileiras: a busca da eficiência, da eficácia ou da efetividade? *Rev. Adm. Pública*, 27(4), 142–146.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (2020). *Justiça em números 2020*. Conselho Nacional de Justiça, 267.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (2022). *Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*.

[https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=qvw\\_1%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shVDRResumo](https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=qvw_1%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shVDRResumo)

Rihoux, B., & Ragin, C. C. (2008). *Configurational comparative methods: Qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques*. Sage Publications.

